



**CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO**

**RELAÇÃO ENTRE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E
DESNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS NA POPULAÇÃO
INDÍGENA DO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA**

**Amanda Moraes Gontijo
Ilcemara Carneiro**

Orientador: Prof. Ms. Larissa de Farias Alves

Trindade - GO
2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES
CURSO DE NUTRIÇÃO

RELAÇÃO ENTRE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E DESNUTRIÇÃO DE
CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS NA POPULAÇÃO INDÍGENA DO BRASIL:
UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Amanda Moraes Gontijo
Ilcemara Carneiro

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitários
Goyazes – UniGoyazes como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Nutrição.

Orientador: Prof. Ms. Larissa de Farias Alves

Trindade - GO
2024

Amanda Moraes Gontijo

Ilcemara Carneiro

**RELAÇÃO ENTRE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E DESNUTRIÇÃO DE
CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS NA POPULAÇÃO INDÍGENA DO BRASIL:
UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Centro Universitários Goyazes –
UniGoyazes como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Nutrição,
aprovada pela seguinte banca examinadora :

Prof. Ms. Larissa de Farias Alves

CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES

Prof. Ms Jaqueline Nascimento de Assis

CENTRO UNIVERSITÁRIO GOYAZES – UNIGOYAZES

Nutricionista Esp. Fabricia Fraga Silva

ASSOCIAÇÃO HOSPITAL AUGUSTA

Trindade - GO

19/06/2024

RELAÇÃO ENTRE ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO E DESNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS NA POPULAÇÃO INDÍGENA DO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Amanda Moraes Gontijo, Ilcemara Carneiro

Orientador: Prof. Ms. Larissa de Farias Alves

RESUMO

INTRODUÇÃO: As evidências científicas de que a amamentação é a melhor forma de alimentar a criança se acumulam a cada ano, e as autoridades de saúde recomendam sua implementação através de políticas e ações que previnam o desmame precoce. O aleitamento materno exclusivo (AME) é sinônimo de sobrevivência para o recém-nascido, uma prática natural e eficaz, portanto um direito inato. No Brasil, assim como em outras partes do mundo, as populações indígenas enfrentam desafios relacionados ao desmame precoce, devido a fatores como mudanças socioculturais, econômicas e o contato com a sociedade urbana. **OBJETIVOS:** Compreender os desafios ao aleitamento materno indígena no Brasil. **METODOLOGIA:** A metodologia se traduz numa pesquisa bibliográfica sistemática, realizada através de livros, artigos acadêmicos, periódicos e sites especializados quanto ao tema escolhido. **RESULTADOS:** A prática do aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses de vida é fundamental para a saúde e o desenvolvimento das crianças, especialmente em países em desenvolvimento, onde pode prevenir mais de 1,3 milhão de mortes de crianças menores de 5 anos. Foi demonstrado que o risco de morte por doenças infecciosas é de 5,8 vezes maiores entre lactentes desmamados nos dois primeiros meses de vida, e a proteção diminuía à medida que a criança crescia; no segundo ano, o nível risco oscilou entre 1,6 e 2,1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** É crucial promover pesquisas que documentem a realidade do aleitamento materno entre os povos indígenas, considerando suas perspectivas culturais, históricas e sociais. Uma compreensão holística e sensível das necessidades e contextos dessas comunidades é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam o aleitamento materno.

PALAVRAS-CHAVE: aleitamento materno, saúde de populações indígenas, transtornos da nutrição do lactente, desnutrição infantil indígena.

**RELATIONSHIP BETWEEN EXCLUSIVE BREASTFEEDING AND
MALNUTRITION OF CHILDREN UNDER 2 YEARS OF AGE IN THE INDIGENOUS
POPULATION OF BRAZIL
A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW.**

Amanda Morais Gontijo, Ilcemara Carneiro

Advisor: Teacher. Ms. Larissa de Farias Alves

ABSTRACT

INTRODUCTION: Scientific evidence that breastfeeding is the best way to feed a child accumulates every year, and health authorities recommend its implementation through policies and actions that prevent early weaning. Exclusive breastfeeding (EBF) is synonymous with survival for the newborn, a natural and effective practice, therefore an innate right. In Brazil, as in other parts of the world, indigenous populations face challenges related to early weaning, due to factors such as sociocultural and economic changes and contact with urban society. **OBJECTIVES:** Understand the challenges to indigenous breastfeeding in Brazil. **METHODOLOGY:** The methodology translates into bibliographical research, of a qualitative nature, carried out through books, academic articles, periodicals and specialized websites regarding the chosen topic. **RESULTS:** The practice of exclusive breastfeeding in the first six months of life is fundamental for the health and development of children, especially in developing countries, where it can prevent more than 1.3 million deaths of children under 5 years of age. It was shown that the risk of death from infectious diseases is 5.8 times higher among infants weaned in the first two months of life, and protection decreased as the child grew; in the second year, the risk level fluctuated between 1.6 and 2.1. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is crucial to promote research that documents the reality of breastfeeding among indigenous peoples, considering their cultural, historical and social perspectives. A holistic and sensitive understanding of the needs and contexts of these communities is essential to developing effective strategies that promote breastfeeding.

KEYWORDS: breastfeeding, health of indigenous populations, infant nutrition disorders, malnutrition indigenous children.

Nossos agradecemos previamente a Deus, que nos fortalece todos os dias nessa caminhada. Dedicamos esse estudo à nossa família, que apoiou nossos esforços incansavelmente. Também a todos os professores que auxiliaram nossa jornada, finalmente nossa orientadora que nos acolheu de braços abertos para realização da nossa dissertação acadêmica a ponto chegar ao diploma.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA.....	9
Figura 1 – Fluxograma da metodologia de revisão.....	11
RESULTADOS	11
Tabela 1 – Principais resultados encontrados.....	11
DISCUSSÃO	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

INTRODUÇÃO

O país tem por lei a obrigação de garantir os direitos dos cidadãos, seja eles quem for, a alimentação adequada, a saúde em primordial, o direito a informação e escolaridade, dentre outros. A lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. promulgada pela Presidência da República assegura esses direitos com a criação de SISVAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), levando em consideração dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. (LULA,2006). O cenário epidemiológico do Brasil apresenta um acelerado crescimento do excesso de peso e de doenças crônicas não transmissíveis, com persistência da desnutrição e seus agravos em populações vulneráveis (ARAÚJO, 2017). Bebês amamentados exclusivamente até o sexto mês de vida têm menor risco de diarreia e infecções respiratórias, condições que são frequentemente exacerbadas pela desnutrição. Condições como pobreza, falta de acesso a serviços de saúde e educação, insegurança alimentar afetam a capacidade das mães de amamentar exclusivamente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

Entre os determinantes mais importantes da nutrição infantil, destaca-se a nutrição materna, tendo em vista que estudos demonstram uma relação direta no estado nutricional da criança com o estado nutricional da mãe, levando a uma reflexão quanto ao caráter intergeracional do problema, o que reforça a importância da boa nutrição durante os primeiros mil dias, que vão da concepção até o fim do segundo ano de vida (CUNHA; LEITE; ALMEIDA, 2015; ORELLANA et al., 2017).

O aleitamento materno exclusivo é amplamente reconhecido como uma prática essencial para a nutrição e saúde das crianças, especialmente nos primeiros seis meses de vida. No contexto das populações indígenas do Brasil, a desnutrição infantil permanece um problema significativo, exacerbado por uma série de determinantes sociais desfavoráveis. O leite materno fornece todos os nutrientes necessários para os primeiros meses de vida, promove também uma gama de anticorpos que ajudam a proteger contra infecções (CAMINHA et al., 2010).

O leite materno é, inquestionavelmente, o melhor alimento para o recém-nascido, por sua composição nutricionalmente equilibrada, temperatura adequada, por ser estéril, ter composição variável de acordo com a maturação das mamas e da capacidade gástrica da criança, possibilitar uma relação mãe/filho harmoniosa e praticamente não propiciar reações alérgicas. Introduzir alimentos antes dos seis meses não traz benefícios à saúde da criança e pode acarretar problemas como diarreia e desidratação, aumentando sua vulnerabilidade a doenças respiratórias (SPINELLI et al., 2008).

As comunidades indígenas no Brasil enfrentam condições sociais e econômicas desfavoráveis que afetam diretamente a saúde infantil. Acresce-se o fato de que a

prevalência de desnutrição, anemia e outras deficiências nutricionais é significativamente maior entre crianças indígenas comparadas à população geral (GARNELO e PONTES, 2012). Compreender a relação entre aleitamento materno exclusivo e desnutrição infantil nas populações indígenas não só preenche uma lacuna significativa na pesquisa, mas também tem o potencial de informar políticas e intervenções que possam melhorar significativamente a saúde e o bem-estar dessas comunidades.

O presente estudo justifica-se pois há uma escassez de dados sobre a prática do aleitamento materno e seus impactos na saúde das crianças indígenas no Brasil. A falta de informações detalhadas dificulta a compreensão completa dos desafios enfrentados por comunidades vulneráveis, como a população indígena, e a formulação de políticas públicas eficazes.

Tem-se por objetivo geral compreender a relação entre ao aleitamento materno e desnutrição em crianças indígenas no Brasil. Esse estudo demonstrar fatos publicados e revisados pontuados na importância do aleitamento materno de crianças menores de dois anos e em como a vulnerabilidade da população indígena implica no desenvolvimento nutricional e saudável das crianças, esperado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tendo risco de doenças agudas e crônicas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, realizada através da produção científica nacional quanto ao tema da amamentação exclusiva em crianças indígenas no Brasil. É considerada revisão qualitativa por tratar-se de métodos que sintetizam os achados de estudos qualitativos individuais, transformando-os em ferramentas para a construção de novas teorias (GOMES & CAMINHA, 2014).

Realizou-se revisão da literatura onde se procurou a sintetização do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado, bem como a incorporação de resultados, através de análise crítica dos estudos para a aplicabilidade na prática. O período pesquisado para fins de escopo do estudo considerou as publicações realizadas entre 2000 e 2023, por meio da correlação dos indexadores: aleitamento materno, amamentação exclusiva, população indígena e desnutrição indígena infantil. Foi utilizado as seguintes bases de dados: google Acadêmico, Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde e SCIELO - Scientific Electronic Library Online, bem como em periódicos em saúde e sites especializados quanto ao tema escolhido.

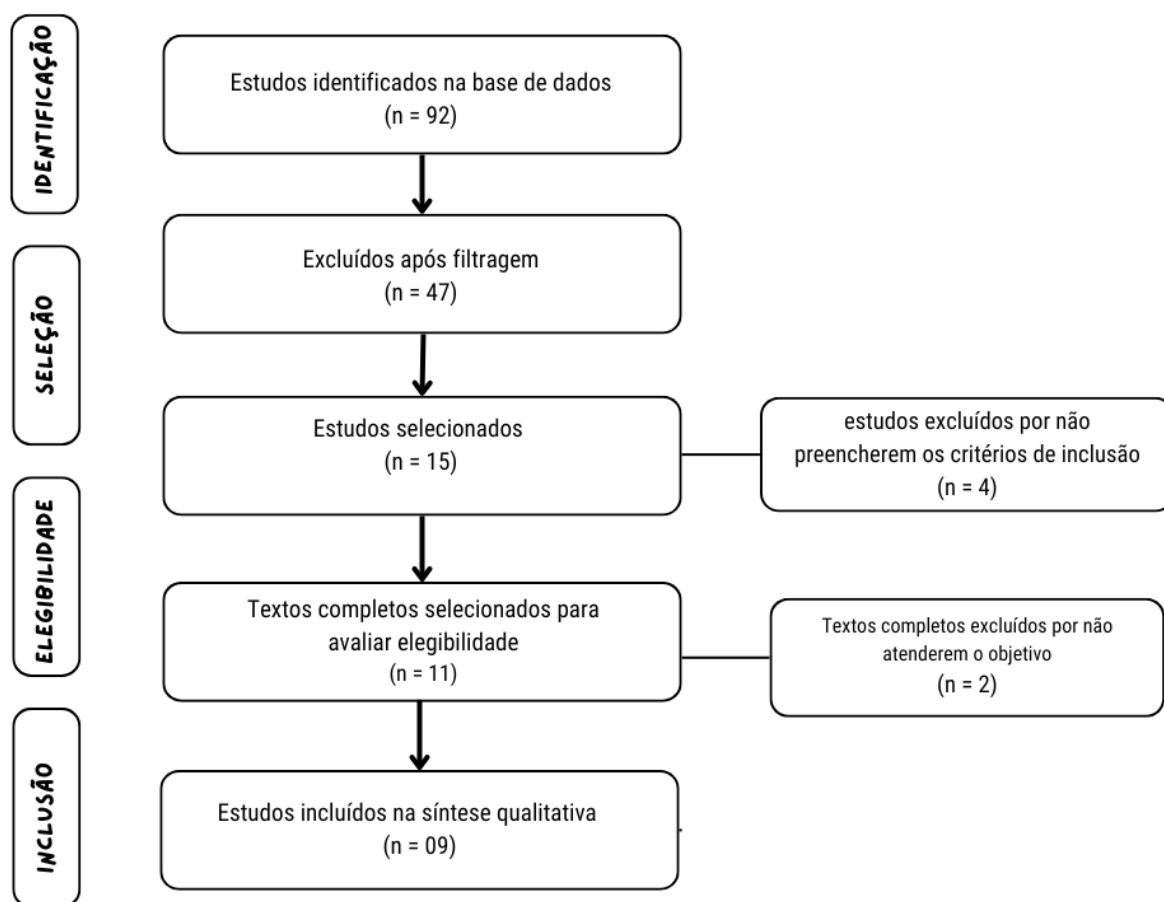
A referida revisão foi realizada obedecendo-se as seguintes etapas: escolha e definição do problema de pesquisa ou questão norteadora; investigação sobre a produção científica relacionada ao tema escolhido; coleta de dados; seleção das contribuições mais

significativas para elucidação do fenômeno estudado; revisão e apresentação.

Os critérios de inclusão para a seleção foram: artigos com textos completos disponíveis e publicados em português que abarcavam o tema escolhido, no período de 2000 a 2023, língua portuguesa. Os estudos selecionados foram lidos inseridos em uma matriz de análise. Estes estudos foram analisados para que se pudesse extrair o máximo de conhecimento que os mesmos podem oferecer sendo que todas as produções utilizadas serão devidamente referenciadas conforme normas da ABNT. Como critério de exclusão, foram retirados artigos duplicados, publicados apenas em resumo e/ou que o objetivo diferia do objetivo do presente estudo, referêntes a outro período, outro idioma.

Base de dados utilizados na pesquisa SCIELO - Scientific Electronic Library Online, filtrados por: coleções: todos, periódico: todos, idioma: português, ano de publicação: 2000 a 2023, Scielo áreas temáticas: ciências da saúde, áreas temáticas: todos, índice de citações: todos, citáveis e não citáveis: todos. Na base scielo foram encontrados 4 artigos, 2 artigos duplicado, 1 artigos referênte ao tema abordado e 1 que foge do tema em questão. Na base Google Acadêmico filtrados por: período específico, relevância, páginas português e artigo de revisão. Na base google foram encontrados 73 artigos, 5 artigos duplicados e 7 artigos referentes ao tema escolhido. Na Biblioteca Virtual em Saúde (Bireme) com o uso do descritor aleitamento materno indígena no brasil, foram encontrados 15 artigos na pesquisa, filtrados a partir de: estado nutricional, povos indígenas, saúde de população indígena e nutrição do lactente, todos os tipos de estudos, idioma português e inglês, no Brasil, lactente e recém nascido, tipo de documentos artigo e tese, assunto da revista saúde pública e saúde da mulher nos anos 2000 a 2023. Foram encontrados 1 artigo referente ao tema e 1 artigo duplicata. Para elucidar a busca, foi elaborado o fluxograma abaixo (Figura 1) com o total das informações descritas.

Figura 1 – Fluxograma da metodologia de revisão



RESULTADOS

Foram incluídos 9 artigos para o estudo desta revisão. Os principais dados das publicações estão descritos em Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Principais resultados encontrados

Autores/Ano	Objetivo	Principais resultados
Aleitamento materno: uma abordagem sobre a papel do enfermeiro no pós-parto (Almeida, Fernades e Araujo) 2004	Esse estudo buscou evidenciar o trabalho do profissional da área na promoção, incentivo e apoio ao aleitamento materno no pós-parto consecutivo.	Quando abordadas a respeito de suas concepções sobre o aleitamento materno (AM), aleitamento materno exclusivo (AME) e período preconizado pelo Ministério da Saúde (MS) para o AME, dezessete (80,9%) das enfermeiras entrevistadas, foram unânimes em responder que AM é primordial para a saúde do recém-nascido e traz vários benefícios tanto à nutriz quanto ao recém-nascido e quatro (19%) não manifestaram opinião alguma. Quanto ao AME, vinte (95,2%) entrevistadas mencionaram que é a oferta

		do “leite do peito”, sem nenhum outro complemento, água, chá ou outro tipo de leite nos primeiros seis meses de vida da criança e uma (4,7%) das entrevistadas não manifestou opinião .
Livro : Saúde indígena: análise da situação de saúde no Sasisus (Ministério da Saúde) 2019	A população indígena é a única que depende especialmente do SUS (Sistema Único de Saúde), portanto este estudo demonstra a importância do campo da saúde funcionar conforme o planejado, além de colher dados que reforcem majoritariamente a promoção de saúde a todos.	Em paralelo ao déficit nutricional, o excesso de peso também aparece como uma inadequação do estado nutricional das crianças indígenas menores de cinco anos. Nos anos de 2015 e 2016, a média apresentada foi de 11,1% (n: 12.347) das crianças acompanhadas com excesso de peso, com destaque na Região Nordeste, com destaque nos DSEI Maranhão (23,1%) e Ceará (20,4).
MINISTÉRIO DA SAÚDE: Caderno de Atenção Básica. Saúde da criança : aleitamento materno e alimentação complementar, 2009	Relata principalmente a importância da mãe e família alcance informações como da AME como de alimentação complementar.	No segundo ano de vida, o leite materno continua sendo importante fonte de nutrientes. Estima-se que dois copos (500 mL) de leite materno no segundo ano de vida fornecem 95% das necessidades de vitamina C, 45% das de vitamina A, 38% das de proteína e 31% do total de energia. Além disso, o leite materno continua protegendo contra doenças infecciosas. Uma análise de estudos realizados em três continentes concluiu que quando as crianças não eram amamentadas no segundo ano de vida elas tinham uma chance quase duas vezes maior de morrer por doença infecciosa quando comparadas com crianças amamentadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000)
Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira (Moura e Gomes) 2019	Reuniui informações referentes a crianças de 0 a 2 anos de idade de acordo com as práticas alimentares do povo indígena em regiões municipais do Acre, onde os resultados mostrou-se satisfatórios.	A pesquisa abrangeu um total de 94 crianças, distribuídas da seguinte forma: 50% da etnia Katukina, 27% Poyanawa, 13% Nukini e 10% Nawa. Entre as crianças com menos de seis meses de idade, embora a maioria estivesse sendo amamentada, foi observado que 42,1% delas também consumiam água, 15,8% tinham ingestão de alimentos salgados e 11,1% consumiam preparações típicas da região. Nas faixas etárias de seis a 12 meses e de 13 a 23 meses, verificou-se um elevado consumo de alimentos ultraprocessados, com índices de 52,6% e 28,6%, respectivamente. Paralelamente, o consumo de alimentos complementares foi considerado insuficiente, com taxas de 33% para frutas e 25% para alimentos salgados na faixa

		etária de seis a 13 meses, e de 41,2% para frutas e 19,6% para alimentos salgados na faixa de 13 a 23 meses.
Prevalência do aleitamento materno entre povos Indígenas da Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai (Costa) 2022	Ja este estudo verificou a prevalência de amamentação engobando também o estado nutricional em crianças de até dois anos de idade na região de Tríplice Fronteira, entre Brasil, Argentina e Paraguai.	No que diz respeito à amamentação nos primeiros seis meses de vida a prevalência de AME foi de 93,4% e do aleitamento materno complementado foi de 6,5%. Entre seis meses e dois anos de vida, a prevalência do AME foi de 28,3% e do aleitamento materno complementado foi de 71,6%. É importante salientar que foi verificada a continuidade do AME após os seis meses de vida. No sétimo mês de vida houve 25 (53,2%) registros de crianças em AME, no oitavo mês 12 registros (27,3%), no nono mês de vida 9 registros (16,1%), no décimo mês de vida 9 (15,8%), décimo primeiro mês 6 (12,5%), no décimo segundo 3 (5,6%), no décimo terceiro 2 (3,4%), no décimo quarto 1 (1,9%), décimo quinto 1 (1,6%), décimo sexto 3 (4,9%), décimo sétimo 1 (1,5%), décimo oitavo 2 (3,0%), décimo nono 1 (1,5%), vigésimo não houve crianças em AME, porém no vigésimo primeiro mês novamente ocorre registro no valor de 1 (1,7%) e vigésimo segundo 1 (1,4%), por fim nos dois últimos meses de análise o AME fica totalmente ausente.
Perfil do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar de Crianças de 0 a 2 Anos de Idade do Município de São João Evangelista – MG. (Braga Papa) 2013	Primordialmente essa pesquisa se focou no perfil de aleitamento materno e alimentação complementar de crianças de até 2 anos de idade na própria faculdade.	Analizando somente as crianças menores de 6 meses de vida, as que foram amamentadas totalizam 20 (71,43%), e as que não receberam leite materno foram 8 (28,57%). A análise de duração do aleitamento materno exclusivo variou de: ainda mamam no peito: 5 (17,86%), menores que um mês ou mais: 8 (28,57%), até um mês: 4 (14,49%), até dois meses: 3 (10,71%), até quatro meses: 2 (7,14%), até cinco meses: 3 (10,71%), nunca: 1 (3,57%). No estudo do diagnóstico do estado nutricional das crianças de 0 a 24 meses, verificou-se uma prevalência de eutrofia (86,36%), correspondendo a 57 crianças, porém, 2 das crianças (3,03%) apresentavam baixo peso e 7 (10,61%) estavam em sobrepeso.

Instituto de Saúde : Promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno: evidências científicas e experiências de implementação (Venâncio) 2019	Com base em informações disponibilizadas pela OMS, formula-se avaliações e inqueritos epidemiológico necessárias ao AME e alimentação de crianças se estendendo a panoramas de populações mundiais.	Essa análise mostrou que a prevalência do AME entre os menores de 6 meses aumentou 34,2 pontos percentuais entre 1986 e 2006, indo de 2,9% para 37,1%, com ganhos estatisticamente significativos em cada uma das décadas até 2006 e estabilização em 2013.
Perfil nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos de idade no alto do Rio São Limões, Amazonas, Brasil (Mosqueta) 2023	Esta revisão teve por base o estado nutricional de crianças menores de cinco anos, reunindo várias etnias do Rio São Limões, no Amazonas.	O índice E/I apresentou os menores valores médios de escore Z. A partir dos 12 meses, os valores médios foram especialmente baixos, chegando a -1,95 entre as crianças ≥ 36 meses (Figura 1). Os valores médios de escore Z para o índice P/I também permaneceram abaixo de zero, diminuindo com a idade e chegando a -1,04 na faixa etária ≥ 48 meses. Os valores médios de escore Z para os índices P/E e IMC/I permaneceram ligeiramente acima de zero, atingindo um valor máximo de 0,5.
Alimentação e nutrição indígena, perfil nutricional dos povos indígenas do Brasil. (Ribas, Leite e Gugelmin)	Nessa abordagem, a pesquisa leva ao perfil de alimentação da população indígena, considerando suas crenças e mudanças nos seus territórios, com o objetivo de denominar o estado nutricional a partir também da antropometria.	Em crianças menores de cinco anos a baixa estatura para a idade é observada em prevalências de 10% a mais de 60%. O baixo peso para a idade é encontrado também muito variáveis, indo de 5% a mais de 50%.

A proteção do leite materno contra mortes infantis é maior quanto menor é a criança. Assim, a mortalidade por doenças infecciosas é seis vezes maior em crianças menores de 2 meses não amamentadas, diminuindo à medida que a criança cresce, porém ainda é o dobro no segundo ano de vida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000).

A promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno são preocupações globais, porém, a prevalência dessa prática varia consideravelmente ao redor do mundo. Desse modo, o aleitamento materno exclusivo é preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Ministério da

Saúde, indispensável até os seis meses de idade e, após essa idade, é iniciada na vida do lactente a alimentação complementar, continuando com o leite materno até os dois anos. A alimentação, de forma apropriada, contribui fundamentalmente para a sobrevivência, crescimento, desenvolvimento, saúde e nutrição dos lactentes em qualquer lugar. Nesse ponto de vista, o aleitamento materno exclusivo é de suma importância para que se alcance bons resultados (SILVA, 2008).

A diarreia é a ocorrência de três ou mais evacuações líquidas ou semilíquidas em quantidade moderada ou grande em 24 horas. A amamentação é de grande importância na prevenção das crianças contra diversas infecções, sobretudo a diarreia aguda. De acordo com a OMS em um estudo de meta-análise realizado sob os auspícios da OMS, baseado em dados provenientes de três continentes, foi demonstrado que o risco de morte por doenças infecciosas é de 5,8 vezes maiores entre lactentes desmamados nos dois primeiros meses de vida, e a proteção diminuía à medida que a criança crescia; no segundo ano, o nível risco oscilou entre 1,6 e 2,1 (WHO, 2014).

Além de evitar a diarreia, a amamentação também exerce influência na gravidade dessa doença. Crianças não amamentadas têm um risco três vezes maior de desidratarem e de morrerem por diarreia quando comparadas com as amamentadas (BRASIL, 2015).

Segundo World Health Organization (2014) anemia é definida como processo patológico no qual a concentração de hemoglobina (Hb), contida nos glóbulos vermelhos, encontra-se anormalmente baixa, respeitando-se as variações segundo idade e sexo, em consequência de várias situações como infecções crônicas, problemas hereditários sanguíneos, carência de um ou mais nutrientes essenciais, necessários na formação da hemoglobina, como ácido fólico, Vitaminas B12, B6 e C e proteínas. Entretanto, não resta dúvida de que a deficiência de ferro é a responsável pela maior parte das anemias encontradas, sendo denominada de anemia ferropriva. A anemia ferropriva é a deficiência nutricional mais comumente encontrada em crianças que sofreram o desmame precoce. Essa deficiência é mais comum nos dois primeiros anos de vida, devido às necessidades aumentadas de ferro durante essa fase de desenvolvimento rápido e à quantidade irregular de ferro na dieta, associado ao desmame precoce, principalmente nas populações de baixa renda. Outros fatores de risco podem estar associados para agravar a situação nutricional referente ao ferro, tais como: prematuridade, baixo peso ao nascer, sangramento perinatal, baixa hemoglobina ao nascimento, infecções frequentes, ingestão frequente de chás e infestação por ancilostomídeos (WHO, 2014).

O Ministério da Saúde (2009) considera que a "Amamentação Exclusiva Interrompida" ocorre quando o processo de alimentar exclusivamente com leite materno, excluindo todos os outros alimentos, nos primeiros quatro a seis meses de vida, é definitivamente descontinuado. Esta poderá ocorrer quando os fatores que tornam a amamentação

exclusiva ineficaz evoluem, em casos de mastite, fissura mamilar, ingurgitamento mamário, abcesso e algumas doenças ou fármacos incompatíveis com o aleitamento.

Os povos indígenas no Brasil estão particularmente expostos a riscos para sua saúde devido a determinantes sociais desfavoráveis. Dados do "I Inquérito Nacional de Nutrição e Saúde Indígena", realizado no Brasil em 2008 e 2009, revelaram que 51,2% de 5.397 crianças indígenas menores de 5 anos estavam anêmicas, ou seja, quase o dobro da prevalência reportada para as crianças não indígenas de mesma faixa etária (LEITE et al., 2013).

O ato de amamentar, além de ser uma prática vital para o desenvolvimento infantil, é também uma expressão profunda de conexão e cuidado entre mães e bebês. Ao longo dos tempos, o aleitamento materno tem se transformado, exigindo reflexões contínuas para compreender seu significado e impacto em diversos cenários sociais e educacionais. Portanto, é crucial promover pesquisas que não apenas documentem a realidade do aleitamento materno entre os povos indígenas, mas também considerem suas perspectivas culturais, históricas e sociais. Somente com uma compreensão holística e sensível das necessidades e contextos dessas comunidades é que poderemos desenvolver estratégias eficazes para promover o aleitamento materno e melhorar a saúde materno-infantil entre os povos indígenas do Brasil (LIMA et al., 2019).

Uma pesquisa liderada por Maciel e sua equipe (2021) teve como propósito aprofundar o entendimento sobre os hábitos alimentares de crianças indígenas, com idades entre zero e dois anos, nos municípios de Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima, localizados no estado do Acre. O estudo adotou uma abordagem transversal, envolvendo crianças pertencentes às etnias Katukina (em Cruzeiro do Sul), Nukini, Nawa e Poyanawa (em Mâncio Lima), durante o mês de outubro de 2013. Para coletar dados, foi utilizado um questionário estruturado, focado nas refeições consumidas pelas crianças no dia anterior à pesquisa, com base nos critérios alimentares estabelecidos pelo Ministério da Saúde. A pesquisa abrangeu um total de 94 crianças, distribuídas da seguinte forma: 50% da etnia Katukina, 27% Poyanawa, 13% Nukini e 10% Nawa. Entre as crianças com menos de seis meses de idade, embora a maioria estivesse sendo amamentada, foi observado que 42,1% delas também consumiam água, 15,8% tinham ingestão de alimentos salgados e 11,1% consumiam preparações típicas da região. Nas faixas etárias de seis a 12 meses e de 13 a 23 meses, verificou-se um elevado consumo de alimentos ultraprocessados, com índices de 52,6% e 28,6%, respectivamente. Paralelamente, o consumo de alimentos complementares foi considerado insuficiente, com taxas de 33% para frutas e 25% para alimentos salgados na faixa etária de seis a 13 meses, e de 41,2% para frutas e 19,6% para alimentos salgados na faixa de 13 a 23 meses. (Maciel, 2021)

O estudo conduzido por Pereira (2020) em crianças indígenas com menos de dois anos, na região oeste do Paraná, conhecida como Tríplice Fronteira, destacou os desafios enfrentados por essas comunidades devido às rápidas transformações sociais e econômicas. O abandono das práticas tradicionais de subsistência e a crescente dependência de alimentos industrializados têm colocado as crianças indígenas em um alto risco de desnutrição e outras deficiências nutricionais, especialmente considerando a alta prevalência de doenças infecciosas nessa população. Os resultados do estudo revelaram que uma parcela significativa das crianças indígenas (95,48%) foi exclusivamente amamentada nos primeiros seis meses de vida, e que a maioria delas (92,03%) continuou recebendo aleitamento materno complementado até os 24 meses de idade na região da Tríplice Fronteira. Além disso, a avaliação antropométrica demonstrou que a maioria das crianças (79% nos primeiros seis meses e 80,9% até os 24 meses) apresentava um peso adequado para a idade.

A duração do AM em mulheres indígenas varia de 1 a 72 meses, relata-se a prevalência do aleitamento materno complementado de 71,6% no período do sexto até o vigésimo quarto mês de vida.¹⁵ No Brasil, o aleitamento complementar em povos indígenas foi de 53,7% no período de 6 a 12 meses e de 41,8% de 12-24 meses (PEREIRA, 2020).

A prática do Aleitamento Materno (AM), ao longo da história, tem passado por transformações significativas. Devido à sua relevância crucial para a saúde tanto da mãe quanto do bebê, é uma área que continua a evoluir e requer uma abordagem contínua e sensível. A complexidade envolvida no AM e sua importância para a saúde materno-infantil exigem uma constante revisão e adaptação das abordagens adotadas, de modo a compreender os impactos que os diferentes contextos sociais e educacionais exercem sobre essa prática vital (GONÇALVES et al., 2019).

Em 2018, o Ministério da Saúde brasileiro enfatizou a relevância da saúde das comunidades indígenas ao estabelecer a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa. Nessa agenda, foram destacadas questões relacionadas à nutrição e alimentação, abrangendo temas como hábitos alimentares, desnutrição, obesidade, anemia e deficiência de vitamina A entre os povos indígenas. As pesquisas realizadas revelaram condições precárias de saneamento, além de uma alta prevalência de desnutrição, e indicaram a emergência de doenças crônicas não transmissíveis entre essas comunidades. (MS, 2018).

No "I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas", foram evidenciadas as precárias condições de saneamento nas aldeias, a alta prevalência de desnutrição crônica, anemia, diarreia e infecções respiratórias agudas em crianças, bem como o surgimento de doenças crônicas não transmissíveis entre as mulheres (FUNASA, 2009).

DISCUSSÃO

Em âmbito nacional, uma lei que protege nossa população foi instituída pela presidência em 2006, Lei 11.346, que marca a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, se respalda em promover e garantir o direito humano da população nacional da alimentação adequada e segurança alimentar, levando em consideração as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. (LULA, 2006)

A composição do leite materno é nutricionalmente equilibrada, o que significa que ele contém todos os nutrientes essenciais nas quantidades adequadas para o desenvolvimento saudável do bebê. Além disso, a temperatura do leite materno é sempre ideal, eliminando a necessidade de aquecimento ou preocupação com a temperatura inadequada, que pode ocorrer com outros tipos de alimentação. (CAMINHA et al., 2010).

Outro aspecto relevante mencionado é a esterilidade do leite materno. Por ser naturalmente estéril, ele não expõe o recém-nascido a bactérias e outros patógenos que podem estar presentes em alimentos preparados de forma inadequada. A variabilidade da composição do leite de acordo com a maturação das mamas e a capacidade gástrica da criança é um ponto crucial, pois significa que o leite materno se adapta às necessidades nutricionais específicas do bebê em diferentes estágios de desenvolvimento. (SPINELLI et al., 2008).

A amamentação também fortalece o vínculo mãe-filho, promovendo uma relação harmoniosa. Este vínculo é importante não apenas para o desenvolvimento emocional do bebê, mas também para a saúde mental da mãe. Adicionalmente, o leite materno tem uma baixa probabilidade de causar reações alérgicas, o que é um grande benefício em comparação com fórmulas artificiais que podem conter proteínas estrangeiras e aditivos. A extensão da amamentação até dois anos ou mais é incentivada, pois os benefícios imunológicos e nutricionais do leite materno continuam a ser valiosos durante esse período. Além disso, a amamentação prolongada pode contribuir para a proteção contra doenças crônicas no futuro, como obesidade e diabetes. (ARAÚJO, 2017).

As comunidades indígenas no Brasil enfrentam grandes desafios de saúde devido a determinantes sociais desfavoráveis e mudanças socioculturais e econômicas rápidas. O aumento do contato com a sociedade urbana e a transição de dietas tradicionais para alimentos industrializados têm causado desequilíbrios nutricionais, aumentando o risco de doenças crônicas como diabetes e obesidade. Além disso, a perda de territórios tradicionais e a pressão sobre recursos naturais comprometem a segurança alimentar dessas comunidades. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

O povo indígena sofre também com vertentes relacionadas a saúde coletiva, doenças infecciosas e não infecciosas estão presentes em toda sociedade, e quando pensamos nos

agravantes que esse povo está inserido enquanto vulnerabilidade doenças respiratórias como pneumonia, tuberculose, asma, bronquite, doenças infecto parasitárias como diarreia, malária e helmintíase, com o seu prolongamento se desenvolvem em anemia e desnutrição. (SILVA, BATISTA, CAPPELLARO. Semana da Diversidade Humana).

As crianças indígenas enfrentam uma incidência significativamente maior de pobreza em comparação com outras crianças, colocando-as em maior vulnerabilidade social. Essa disparidade destaca a necessidade urgente de políticas e programas específicos para melhorar a saúde e o bem-estar das populações indígenas no Brasil. A desigualdade socioeconômica reflete as profundas disparidades em acesso a recursos básicos, educação, cuidados de saúde e oportunidades econômicas entre as comunidades indígenas e o restante da sociedade trazendo problemas de saúde como desnutrição, falta de acesso a serviços de saúde adequados e condições de vida inadequadas. (GARNELO, LUIZA e PONTES, 2012).

Os desafios enfrentados pelas populações indígenas no Brasil e em outras partes do mundo, particularmente em relação ao desmame precoce, decorre de fatores como mudanças socioculturais e econômicas, além do contato com a sociedade urbana, que contribuem para esses desafios. (MINISTÉRIO DA SAÚDE: Caderno de Atenção Básica.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais vantagens do aleitamento materno é que os bebês amamentados tendem a ganhar menos peso durante o primeiro ano de vida em comparação com aqueles alimentados com fórmulas infantis ou outros alimentos não-naturais. Isso ocorre porque os níveis circulantes de insulina no sangue dos bebês alimentados com fórmula são mais elevados devido ao maior teor de glicídios e proteínas na fórmula. Esse aumento de insulina pode levar a um maior depósito de gorduras, potencialmente favorecendo o desenvolvimento do sobrepeso.

A amamentação não só proporciona os nutrientes necessários de forma equilibrada, mas também ajuda a estabelecer mecanismos de autorregulação alimentar, contribuindo para a prevenção do sobrepeso e outras complicações de saúde a longo prazo.

O papel crucial dos profissionais de saúde na prevenção e manejo de dificuldades relacionadas à amamentação é crucial pois deve ser avaliada a mamada, componente essencial desse suporte, permitindo a prevenção de problemas mamários e a correção de erros de postura e pega. Este suporte é vital nos primeiros momentos de interação entre mãe e bebê, proporcionando o apoio necessário para uma experiência de amamentação bem-sucedida.

A transição das práticas tradicionais de subsistência para uma dependência crescente de alimentos industrializados tem deixado as comunidades indígenas vulneráveis

nutricionalmente. Isso reduz a variedade alimentar e aumenta os riscos de desnutrição e deficiências nutricionais, especialmente entre as crianças. Essa mudança é agravada por pressões econômicas e sociais e a falta de acesso a alimentos nutritivos e culturalmente adequados. Além disso, a prevalência de doenças infectoparasitárias, exacerbada pela desnutrição e falta de saneamento básico, afeta gravemente as crianças.

Além disso, políticas públicas e programas de saúde devem ser direcionados para melhorar as condições de vida das populações indígenas, garantindo que elas tenham acesso a saneamento básico adequado, alimentação nutritiva e serviços de saúde de qualidade. Isso é crucial para reduzir a vulnerabilidade dessas comunidades e promover a saúde e o bem-estar das crianças indígenas.

Uma compreensão holística e sensível das necessidades e contextos dessas comunidades é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam o aleitamento materno. Essas estratégias devem ser culturalmente apropriadas e adaptadas às realidades específicas das populações indígenas, respeitando e valorizando suas tradições e práticas culturais. O ato de amamentar, além de ser uma prática vital para o desenvolvimento infantil, é também uma expressão profunda de conexão e cuidado entre mães e bebês.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R M A; ALMEIDA, J A G D; **Aleitamento materno**: o desafio de compreender a vivência. Revista de Nutrição, Campinas, v. 20, n. 4, p. 431-8, 2006.
- ARAÚJO, T S; **Desnutrição infantil no município de maior risco nutricional do Brasil**: Jordão, Acre, Amazônia Ocidental (2005- 2012). 2017. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BRAGA PAPA, K C 2013 ; **Perfil do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar de Crianças de 0 a 2 Anos de Idade do Município de São João Evangelista – MG**. Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Seminário de Iniciação científica.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança : aleitamento materno e alimentação complementar /** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. N°23 – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
- CAMINHA, M D F C, SERVA, V B, ARRUDA, I K G D, & BATISTA FILHO, M; **Aspectos históricos, científicos, socioeconômicos e institucionais do aleitamento materno**. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, vol. 10, pag. 25-37, 2010.
- CUNHA, A. J.; LEITE, A. J.; ALMEIDA, I. S. **The pediatrician's role in the first thousand days of the child: the pursuit of healthy nutrition and development**. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, v. 91, S44-S51, 2015.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). Fundação Nacional de Saúde e

Associação Brasileira de Pósgraduação em Saúde Coletiva. **Inquérito nacional de saúde e nutrição dos povos indígenas: Relatório final** (Análise de dados). Número 7. Rio de Janeiro: FUNASA, ABRASCO; 2009. <https://www.abrasco.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/12/Inquerito-Nacional-de-Saudee-Nutricao-dos-povos-Indigenas-2009.pdf>.

- GARNELO, L & PONTES, A. L. **Saúde indígena, uma introdução ao tema**. Série Vias dos Saberes, nº 5, 2012.
- GOMES, I. S., & CAMINHA, I. O. Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano. **Ensaio**, 20(1), 395-411, 2014.
- GONÇALVES VSS, SILVA SA, ANDRADE RCS, SPANIOL AM, NILSON EAF, MOURA IF. Marcadores de consumo alimentar e baixo peso em crianças menores de 6 meses acompanhadas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, Brasil, 2015. **Epidemiol Serv Saúde**; 28 (2), 2019.
- GOMES, MOURA, . 2019 **Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira**. Scielo (Scientific Electronic Library Online).
- LEITE MS, CARDOSO AM, COIMBRA JR. CEA, WELCH JR, GUGELMIN SA, LIRA PCI, et al. Prevalence of anemia and associated factors among indigenous children in Brazil: Results from the first national survey of indigenous people's health and nutrition. **Nutrition Journal**. Pag. 12:69, 2013. » <http://dx.doi.org/10.1186/1475-2891-12-69>.
- LIMA A P E, CASTRAL T C, LEAL L P, JAVORSKI M, SETTE G C S, SCOCHI CGS, et al. Aleitamento materno exclusivo de prematuros e motivos para sua interrupção no primeiro mês pós-alta hospitalar. **Rev Gaúcha Enferm**. 2019; 40: e20180406.
- LULA, L I D S; **Lei 11.346 PRESIDENCIA DA REPÚBLICA**, casa civil, 2006.
- MACIEL, V B D S, COCA, K P, CASTRO, L S A D, & ABRÃO, A C F D V; Diversidade alimentar de crianças indígenas de dois municípios da Amazônia Ocidental brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26, 2921-2928, 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/agenda_prioridades_pesquisa_ms.pdf.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. SAÚDE DA CRIANÇA: Nutrição Infantil Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Brasília – DF: **Caderno de Atenção Básica**, nº 23, 2009. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_nutricao_aleitamento_alimentacao.pdf.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Saúde indígena: análise da situação de saúde no Sasisus**. 2019.
- MOSQUETA, P 2023. **Perfil nutricional de crianças indígenas menores de cinco anos de idade no Alto Rio Solimões, Amazonas, Brasil 2013**. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, 23: e20220401.
- MONTE, C; GIUGLIANI, E R J . Recomendações para alimentação complementar da

criança em aleitamento materno. **Journal of Pediatric**, [S.l.], v. 80, p. S131-S141, 2010. Suplemento 5.

- ORELLANA, J D Y I et al. Associação de baixa estatura severa em crianças indígenas Yanomami com baixa estatura materna: indícios de transmissão intergeracional. **Ciência e Saúde Coletiva** [periódico na internet], Rio de Janeiro, set. 2017. Disponível em: . Acesso em: 23 maio. 2024.
- OLIVEIRA E CARNIEL. ISSN 2595-7899 **Aleitamento materno: consequências do desmame precoce e o papel da enfermagem: uma revisão bibliográfica**. Revista Eletrônica Acervo Científico / Electronic Journal Scientific Collection 2021.
- PEREIRA, B S. **Prevalência do aleitamento materno entre povos indígenas da tríplice fronteira**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-18092020-111715/>. Acesso em: 11 maio 2024.
- RAMOS, C V ; ALMEIDA, J A G; Alegações maternas para o desmame: estudo qualitativo. **J. Pediatr.**, Rio de Janeiro, v. 79, n. 5, p. 385-390, 2006.
- RIBAS, D L B, LEITE, M S, and GUGELMIN, S Â; Perfil nutricional dos povos indígenas do Brasil. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., and GUGELMIN, S. Â., orgs. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 211- 235. ISBN: 978-85-7541-587-0. Available from: doi: 10.7476/9788575415870.010. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub>. COSTA, 2022, Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, 23: e20200237: **Prevalência do aleitamento materno entre povos Indígenas da Tríplice Fronteira: Brasil, Argentina e Paraguai**.
- SILVA, F; **Amamentar, uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios**. 2ª Edição, Lusociência, 2008.
- SILVA, BATISTA, CAPPELLARO. **Semana da Diversidade Humana**. 4., 2019. Anais... Porto Velho: Centro Universitário São Lucas, 2020. v. 3. ISSN: 2675-1127.
- **Sociedade Brasileira de Pediatria** 2024 www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/nutricao/quando-amamentar-e-contraindicado/.
- SPINELLI, M G N et al. A situação de aleitamento materno de crianças atendidas em creches da Secretaria da Assistência Social do município de São Paulo - região Freguesia do Ó. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, v. 5, n. 1, p.23-28, 2008.
- VENANCIO, S I et al. A prática do aleitamento materno nas capitais brasileiras e distrito federal: situação atual e avanços. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, v. 86, n. 4. 2010.
- WHO, **Comprehensive implementation plan on maternal, infant and young child nutrition**. WHO, Geneva, 2014 http://www.who.int/nutrition/topics/WHA65.6_annex2_en.pdf.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Collaborative study team on the role of breastfeeding on the prevention of infant mortality: effect of breastfeeding on infant and child mortality due to infectious diseases in less developed countries: a pooled analysis**. Lancet, v. 355, p. 451-455, 2000.